



## FUNDACAO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SAO JOAO BATISTA

PC DEPUTADO WALTER VICENTE GOMES, nº 89, Centro SÃO JOÃO BATISTA

CEP: 88240000 - Tel: (48) 3265-0195

**Declaração de Atividade Não Constante da Resolução CONSEMA  
3642/2024**



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/78779/37295>

### Empreendedor

**Nome:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

**CPF/CNPJ:** 82925652000100

**Endereço:** PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, nº 89 - , CENTRO

**CEP:** 88240000

**Município:** SÃO JOÃO BATISTA

**Estado:** SC

### Empreendimento

**Prefeitura Municipal de São João Batista - 82925652000100**

**Endereço:** Rua Francisco Marcolino Duarte, nº s/n, Carmelo

**CEP:** 88240000

**Município:** SÃO JOÃO BATISTA

**Estado:** SC

**Coordenadas UTM:** X 712227.491, Y 6981845.208

### Descrição do Empreendimento

Emissão de Certidão de Atividade Não Constante da Resolução CONSEMA para Pavimentação na Rua Francisco Marcolino Duarte.

#### Descrição do Empreendimento

Trata-se de solicitação via Requerimento nº 78779 para obtenção de Certidão de Atividade Não Constante da Resolução CONSEMA, para a pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Francisco Marcolino Duarte, situado no bairro Carmelo, do município de São João Batista, SC.

#### Descrição e caracterização da área

A área de intervenção está situada em zona urbana, com predominância de residencial. Está regido pela Lei nº 693/1981, que trata-se da denominação às vias públicas e específica, dispõe em seu Art. 1º, VII - Rua Francisco Marcolino Duarte, o trecho atual da Estrada Municipal do Carmelo, que começa na Rua Marcolino Duarte e termina na faixa de domínio do DER-SC (rodovia SC-411), localizada conforme anexo 07. A presente lei foi registrada e publicada em 27 de agosto de 2022.

#### Aspectos Florestais

**Existência e Uso de Área de Preservação Permanente (APP):** Conforme análise dos dados vetoriais disponibilizados pela Agência Nacional da Água (ANA) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a área de intervenção encontra-se fora de APP.

**Autorização de Corte de Vegetação:** Não há. No entanto, caso seja necessário realizar a supressão de vegetação, deverá ser solicitado a Autorização de Corte (AuC).

**Reserva Legal:** O empreendimento encontra-se em zona urbana, portanto, não se aplica.

**Área Verde:** Não se aplica.

#### Análise técnica

Trata-se de uma solicitação para obter a Certidão de Atividade Não Constante da Resolução CONSEMA, destinada à Pavimentação da Rua Francisco Marcolino Duarte, lavrado pelo Requerimento de nº 78779 com Processo CRT/46694, identificado na **Lei nº 693/1981**, situado no bairro Carmelo, do município de São João Batista, SC.

A atividade equivale a pavimentação asfáltica da **Rua Francisco Marcolino Duarte** com **extensão de 451,24 metros e área de 3.054,89 m²**.

- M2 pintura faixa de pedestre: 34,44 m²;
- M2 pintura faixa contínua central: 45,12 m²;
- Placa de velocidade: 4 unidades;
- Placa de faixa de pedestres: 4 unidades;
- Boeiro Simples Tubular de Concreto - 30 cm: 8 caixas (40,22 m);
- Boeiro Simples Tubular de Concreto - 40 cm: 7 caixas (195,8 m);
- Caixa de Ligação: 1 caixa.
- Boeiro Simples Tubular de Concreto - 50 cm: 2 caixas (25,49 m);
- Boeiro Simples Tubular de Concreto - 60 cm: 3 caixas (46,67 m).

A Anotação de Responsabilidade Técnica (**ART nº 9286543-6**) foi emitida pelo Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho, Geronimo Battisti Dell Antonio registrado sobre o CREA-SC 112271-4.

**Em suma, a análise acima contempla o desenvolvimento da atividade requerida fora da área de APP.**

#### Conclusão

Com base na inexistência de Área de Preservação Permanente (APP) no local da intervenção, na não necessidade de supressão da vegetação nativa para a realização da atividade, nas informações fornecidas pelo requerente e na análise técnica realizada, o corpo técnico da Fundação Municipal do Meio Ambiente de São João Batista expressa seu parecer **favorável** à emissão da Certidão de Atividade Não Constante da Resolução CONSEMA para a atividade proposta.

É imperativo salientar que esta certidão respalda unicamente a Pavimentação na Rua Francisco Marcolino Duarte, sendo estritamente vedada a supressão de vegetação nativa, a remodelação do terreno ou qualquer intervenção em área de APP sem autorizações específicas.

#### Declaração

O presente órgão ambiental licenciador certifica para os devidos fins que o empreendedor acima citado informou a implantação/operação do empreendimento/atividade com a descrição acima, a qual não integra a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovada pelas Resoluções CONSEMA 01/06 e 99/2017 e suas alterações, portanto, não sujeito ao licenciamento ambiental. Contudo, o empreendimento/atividade deverá atender ao disposto na legislação ambiental e florestal vigente.

Esta certidão está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento e no Parecer Técnico de número 33196/2024 .

O presente órgão poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

#### Prazo de Validade

A presente certidão foi **emitida em 16 de maio de 2024** e é **válida até 16 de maio de 2025**, observadas as condições deste documento.

#### Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1o Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2o A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

**Data, local e assinatura**

**SÃO JOÃO BATISTA**, 16 de maio de 2024

FERNANDA BRASIL DUARTE  
**DIRETOR**

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por FERNANDA BRASIL DUARTE em 16/05/2024 13:51:06